

CARTA DA JUVENTUDE PELO FUTURO DA DEMOCRACIA

DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA

Considerando que:

- A construção de sociedades mais justas, pacíficas e equitativas exige o reconhecimento de que democracia, direitos humanos, participação cidadã, inclusão social e desenvolvimento sustentável são dimensões inseparáveis, reafirmados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Declaração e Programa de Ação de Viena e pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;
- A Carta Democrática Interamericana da Organização dos Estados Americanos, reconhece a democracia como direito fundamental dos povos e afirma que sua consolidação depende do fortalecimento institucional, da participação cidadã, do respeito aos direitos humanos e da promoção da justiça social;
- A Convenção Ibero-Americana de Direitos dos Jovens, reconhece as juventudes como sujeitos de direitos e atores estratégicos para o fortalecimento da democracia, da participação política, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável;
- A Constituição Federal de 1988 consolidou um marco histórico para a democracia brasileira ao instituir um modelo político fundamentado na garantia de direitos, na participação cidadã e na promoção da justiça social;
- Embora a América Latina e o Caribe tenham alcançado importantes avanços democráticos nas últimas décadas, a região enfrenta atualmente desafios crescentes relacionados às desigualdades estruturais, à polarização, à desinformação e à crise de confiança nas instituições, reforçando a necessidade de fortalecer espaços de diálogo, participação democrática e construção coletiva entre juventudes, sociedade e instituições públicas.

Nós, jovens participantes do encontro **Governos do Futuro: Expectativas da Juventude**, reunidos em Brasília nos dias 19 e 20 de maio, em um espaço plural de diálogo, escuta e construção coletiva, representando diferentes territórios, identidades, vivências e perspectivas do Brasil e da América Latina e Caribe, declaramos nosso compromisso com o fortalecimento da democracia, da justiça social e da construção de sociedades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis.

Reconhecemos que os desafios contemporâneos enfrentados por nossas sociedades, incluindo desigualdades estruturais, exclusão social, violência, desinformação, mudanças climáticas, insegurança econômica e fragilização institucional, impactam diretamente as juventudes e comprometem a confiança nas instituições democráticas.

Reafirmamos que as juventudes não podem ser vistas apenas como beneficiárias de políticas públicas, mas como protagonistas fundamentais na formulação de soluções para os desafios do presente e do futuro.

Declaramos que:

Só é possível construir um futuro para as juventudes garantindo condições dignas no presente, o que exige enfrentar, desde agora, as desigualdades que limitam trajetórias, restringem direitos e silenciam vozes. Acreditamos que só haverá um futuro sustentável, democrático e inclusivo com o fortalecimento integral dos direitos previstos no Estatuto da Juventude, assegurando às juventudes acesso à cidadania, participação social e representação política, educação de qualidade, profissionalização, trabalho e renda, diversidade e igualdade, saúde, cultura, comunicação e liberdade de expressão, desporto e lazer, território e mobilidade, sustentabilidade e meio ambiente, além de segurança pública e acesso à justiça.

Recomendamos ao Estado Brasileiro, que:

I. Reconheça os territórios urbanos, rurais e de povos e comunidades tradicionais como espaços fundamentais de existência e cidadania das juventudes, assegurando que saúde, educação, cultura, lazer e proteção social sejam ofertados nos territórios de origem; ainda, que sejam adotadas medidas urgentes de justiça climática, incluindo mecanismos de financiamento para adaptação climática com participação juvenil obrigatória na governança,

a incorporação da crise climática como agenda prioritária nos territórios mais vulneráveis, políticas de mitigação, reconhecendo as juventudes como sujeitos de direito com participação vinculante nas decisões sobre transição ecológica.

II. Garanta trabalho digno e tempo livre como condição de cidadania plena. Recomendamos a adoção de políticas de emprego e renda que assegurem às juventudes não apenas trabalho digno e com proteção social, mas também tempo livre suficiente para acessar serviços públicos, participar de espaços políticos e culturais e exercer plenamente sua cidadania.

III. Crie mecanismos vinculantes e representativos de participação juvenil nos processos de tomada de decisão, seguindo um Plano Nacional de Juventude, garantindo participação em conselhos municipais de juventude e outras instâncias de participação das juventudes, garantindo presença equitativa de jovens negros e negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, jovens das periferias e do campo. Garantindo as juventudes ocupação efetiva dos espaços onde as decisões são de fato tomadas.

IV. Trate a violência contra jovens mulheres, meninas, jovens negros, indígenas e pessoas LGBTQIAPN+ como uma crise estrutural que exige respostas urgentes. Isso inclui a implementação de políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência de gênero com recorte geracional e territorial, a formação continuada de profissionais da segurança pública, saúde e educação para o atendimento qualificado e sem discriminação, e o fortalecimento de redes de proteção nos territórios.

V. Incorpore o multiletramento informacional e socioemocional como componente curricular obrigatório na educação básica e superior, capacitando jovens a identificar desinformação, verificar fontes e compreender o funcionamento de algoritmos. Soma-se a essa recomendação a regulação das plataformas digitais para garantir transparência algorítmica e responsabilização pela amplificação de conteúdos falsos. À sociedade, recomenda-se que famílias, escolas e organizações da sociedade civil promovam ativamente uma cultura de responsabilidade informacional, reconhecendo a desinformação como ameaça concreta à democracia e à vida das juventudes.

Somos uma geração que cresceu diante de crises que não criamos, mas que se recusa a herdar a resignação. Conhecemos a exclusão, a violência e a angústia de um futuro incerto e mesmo assim escolhemos estar aqui, juntas e juntos, construindo um presente e um futuro mais democrático. Esta carta não é um pedido. É um compromisso com os territórios que nos formaram, com as pessoas que ficaram para trás e com muitas outras que ainda virão.

Brasília, 20 de Maio de 2026

Assinam esta carta:

Jovens Participantes do encontro Governos do Futuro: Expectativas da Juventude